

HOMENS EM SITUAÇÃO DE RUA NA MÍDIA:
noções de masculinidade em disputa
HOMELESS MANS IN THE MEDIA:
Contested Notions of Masculinity

Matheus Crivelari Fortes¹
Flávia Fernandes de Carvalhaes²
Rafael Bianchi Silva³

RESUMO: O artigo em questão analisa modos de subjetivação que se articulam na atualidade, destacando interferências de aparatos tecnológicos (em destaque o discurso jornalístico) no cotidiano da população e na produção de perspectivas de gênero. Problematiza-se, mais especificamente, maneiras como enunciados midiáticos operam na produção de determinadas noções de masculinidades interseccionadas a homens em situação de rua (HSR) no Brasil. A metodologia empregada nesta pesquisa foi de cunho documental. As masculinidades são concebidas como produtos das relações de poder, influenciadas por fatores históricos, étnicos, raciais, geracionais, socioeconômicos e desejos individuais. No contexto brasileiro, as masculinidades hegemônicas, representadas por figuras como empresários, políticos e militares, muitas vezes são reforçadas depreciando outras expressões de masculinidades, como a dos HSR, associando-os a estigmas negativos, reforçando assim sua própria posição de superioridade na hierarquia de gênero. Por fim, destaca-se que a construção da masculinidade hegemônica frequentemente envolve a marginalização de outras identidades masculinas.

Palavras-chave: Gênero. Masculinidades. Homens em Situação de Rua. Mídia.

ABSTRACT: The article analyzes contemporary modes of subjectivity, highlighting the interference of technological devices in the everyday life of the population and in the production of gender perspectives. It specifically problematizes how the media influence the formation of certain notions of intersected masculinities in men in street situations (HSC) in Brazil. The methodology used in this investigation is of a documentary nature. Masculinities are conceived as products of power relations, influenced by historical, ethnic, racial, generational, socioeconomic factors and individual desires. In the Brazilian context, hegemonic masculinities, represented by figures such as businessmen, politicians and military men, often seek refuge by depreciating other expressions of masculinity, such as the HSC, associating them with negative stigmas and thus reaffirming their own position of superiority in the hierarchy of gender. Therefore, the investigation highlights how the construction of hegemonic masculinity often implies the marginalization of other masculine identities.

Keywords: Gender. Masculinities. Homeless Men. Media.

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Email: matheuscrivelari@gmail.com.
² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Email: fcarvalhaes@uel.br.
³ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Email: rafael.bianchi@uel.br.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão analisa modos de subjetivação que se articulam na atualidade, destacando interferências de aparatos tecnológicos (em destaque o discurso jornalístico) no cotidiano da população e na produção de perspectivas de gênero. Problematiza-se, mais especificamente, maneiras como enunciados midiáticos, operam na produção de determinadas noções de masculinidades interseccionadas a homens em situação de rua (HSR) no Brasil. Por enunciados midiáticos compreende-se como constituintes dos e nos processos de formação de opiniões e, portanto, de produção de modos de existência e perspectivas plurais de gênero na vida em sociedade (DE LAURETIS, 2019; MEYER, 2013). As masculinidades e suas noções são engendradas no campo das relações de poder, onde homens se relacionam entre si e, através de tensionamentos e disputas, produzem desigualdades que são atravessadas por fatores históricos, étnico, raciais, geracionais, de classe, desejo e assim por diante. Ocorre, a produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Ou seja, para a perspectiva hegemônica existir, é necessária a produção da subalternidade e vice-versa (KIMMELL, 1998). Com o objetivo de obter um panorama local (relacionado à cidade onde está situado o grupo de pesquisa dos pesquisadores desta investigação) em paralelo com um panorama nacional, são analisadas maneiras como enunciados midiáticos publicados pela Folha de Londrina e Folha de São Paulo engendram noções de masculinidades articuladas a HSR. No processo de coleta de dados foram selecionadas 9 notícias, sendo elencadas a partir das palavras chaves: “mendigo”, “morador de rua”, “homem em situação de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “sem teto”.

A Folha de Londrina configura-se como um meio de comunicação de grande popularidade na cidade de Londrina, como também em todo o Estado do Paraná. Já a Folha de São Paulo, além de ser jornal com representação efetiva na história do Brasil, possui também acentuada expressividade e circulação em território nacional. Os conteúdos presentes nos jornais são formados por discursos que se engendram como ação social, “[...] que dá sentido e materialidade ao mundo, às coisas, aos eventos e a cada um de nós em meio a tudo isso” (LIMA, 2006, p. 98), compondo nossas subjetividades e, portanto, nossos pensamentos, sentimentos, opiniões e valores. Pesquisas documentais implicam não só a coleta de um conjunto de documentos de domínio público, como também sua análise

(SEVERINO, 2007). Tais documentos se anunciam através de imagens e textos, configurando práticas discursivas, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, [...] as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p.133). Enquanto práticas discursivas, os documentos de domínio público circulam enquanto um conjunto de enunciados que se interrelacionam, que seguem determinadas regras, que se apropriam e que se engendram em ideias e ideais e que, portanto, delimitam (de forma não linear e não ordenada) discursivamente um objeto. Estas matérias jornalísticas são consideradas como componentes e registros que circulam no decorrer do tempo e que, à medida que se relacionam com suas interlocutoras e interlocutores, passam a concorrer e complementar narrativas e memórias (SPINK, 2013)

Destaca-se, ainda, que o jornal é situado nesta pesquisa como “tecnologia de gênero” (DE LAURETIS, 2019), considerando que os discursos e imagens apresentados nestes veículos contribuem para a (re)produção de noções hegemônicas e subalternas de masculinidades e feminilidades. Partindo desses pressupostos, o plano de problematização das reportagens selecionadas se articulará a partir de três conceitos que se apresentam como categorias de análise e que serão apresentados ao longo do artigo, a saber: as noções de abjeção (BUTLER, 2019A), necropolítica (MBEMBE, 2020) e resistência (FOUCAULT, 2019). Ainda nos debates das categorias conceituais são problematizados determinados estereótipos que os discursos jornalísticos fazem circular sobre essa população, como, por exemplo, as representações das figuras do nória, traficante, perigoso e/ou sujo. Inicialmente, analisamos os impactos da pandemia da COVID 19 na população em situação de rua e maneiras como esta é enunciada no debate jornalístico. Em seguida, problematizamos a produção midiática de determinados personagens relacionados a HSR e que engendram noções hegemônicas, subalternas e subversivas de masculinidade.

1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E APARATOS TECNOLÓGICOS DE SUBJETIVAÇÃO

Com o advento da pandemia da COVID-19, o debate sobre as condições de vida da população em situação de rua (PSR) ganhou maior notoriedade na mídia, devido ao fato de que as condições de existência desta se tornou ainda mais precárias, bem como em

decorrência do evidente aumento de pessoas nessa condição. Neste cenário, destaca-se, ainda, a intensificação dos debates sobre políticas higienistas do Estado (CASSAL; FERNANDES, 2020). Reportagem publicada no portal oficial do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por exemplo, denuncia tais negligências do Estado em relação à implementação de políticas públicas de enfrentamento da pandemia que atendam a PSR. A matéria anuncia uma denúncia que foi realizada através de relatório produzido pelo CNS e também pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), onde estas respectivas entidades apresentam dados que exprimem o descaso do governo federal com a PSR no período da pandemia (“RELATÓRIO”, 2021). Um trecho da reportagem, composto por uma frase de um representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), exemplifica essa “negligência” do Estado, que se configura mais enquanto uma prática necropolítica. Para Vanilson Torres, que viveu quase três décadas pelas ruas de Natal (RN):

Já vivíamos a falta de políticas públicas para a população em situação de rua, mas a pandemia só escancarou tudo isso . . . Como ficar em casa se não temos moradia? Como usar máscara se não temos onde lavar? Já vivemos socialmente isolados. Passamos fome, frio e ainda enfrentamos a Covid-19. (“RELATÓRIO”, 2021, s.p.)

O contexto caótico e emergencial da pandemia no Brasil implica em maior impacto e acentuados danos para populações mais pobres e vulnerabilizadas, em destaque a PSR. Como ressaltam Milena Cassal e Talita Fernandes (2020, p. 99), esse contexto está “sendo marcado por uma ostensiva prática necropolítica”, representada pela omissão do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas para o enfrentamento da pandemia junto a PSR. Para Silva (2019), a omissão do Estado em relação ao cuidado com as populações mais desprotegidas faz com que alguns corpos não tenham seus direitos reconhecidos no contexto das políticas públicas e por isso são impedidos de viver uma vida dignamente humana, protegida por direitos básicos e fundamentais. Além disso, o atravessamento da pandemia e a necessidade do isolamento social nos levou a uma intensificação do uso das tecnologias digitais e, conseqüentemente, a um aumento expressivo do consumo de discursos jornalísticos digitais (DE PAULA et al., 2020; HONORATO & OLIVEIRA, 2020). O advento e o desenvolvimento incessante das tecnologias e meios de comunicação (celulares, computadores, satélites e internet)

representam uma rápida mudança em larga escala na organização das sociedades e, portanto, também no que se refere às maneiras como somos subjetivados, como existimos e como resistimos enquanto sujeitos (MANSANO, 2009). A respeito destas transformações nas dinâmicas sociais, Deleuze (1992) analisou a transição de uma sociedade disciplinar, marcada pela organização dos grandes meios de confinamento, para uma sociedade de controle, articulada a sistemas abertos de vigilância que se disseminam por todo campo social. Contudo, Mansano (2009) atenta para o fato da organização disciplinar, em grande escala, ainda não ter sido superada, o que remete a coexistência dessas lógicas na contemporaneidade. Nota-se nas últimas décadas que as informações circulam de modo cada vez mais veloz, incessante, prescindindo das instituições disciplinares para sua existência e perpetuação. Os dispositivos de controle configuram novos modelos normalizantes, os quais operam a partir de diferentes acordos e regras, que em sua “dimensão invisível e indizível [...] intervêm nas esferas mais capilares do cotidiano das populações” (MANSANO, 2009, p. 45), engendrando, portanto, transformações sociais e políticas. Há que se considerar que os processos de subjetivação que se articulam na sociedade de controle desde um ponto de vista interseccional (AKOTIRENE, 2019), ou seja, a partir do entendimento de que a população é constituída por diferentes condições objetivas e subjetivas, como, por exemplo, maior ou menor acesso às tecnologias disponíveis no mercado de consumo e a internet, bem como por marcadores sociais de diferença como classe, raça e gênero.

Desta forma, para participar ativamente desta engrenagem de controle, o sujeito não necessita mais ser o detentor de um saber específico legitimado ou mesmo ocupar uma posição hierárquica oficial no sistema de vigilância como acontecia nas sociedades disciplinares. Produz-se, em contraposição ao corpo dócil, uma subjetividade responsável e ativa nas complexas redes de controle. Para Mansano (2009, p. 46), portanto, os indivíduos da sociedade de controle “são convocados a participar da instalação e da manutenção das reformas, por vezes em nome da ‘cidadania’”. O que remete a pensar no que chamamos de nos sujeitos “de bem” que, em nome da “ordem” e em defesa da “família da tradicional brasileira”, propagam discursos hegemônicos ultraconservadores e coloniais, heteronormativos, transfóbicos, homofóbicos, capacitistas, racistas, classistas e higienistas. Uma reportagem publicada pela Folha de Londrina se materializa como um

exemplo de maneiras como a sociedade de controle opera através de discursos hegemônicos/coloniais. A matéria que recebe o título “Moradores de rua e falta de empregos preocupam londrinenses” discorre sobre um evento online organizado pelo Fórum Desenvolve Londrina, que tem como objetivo transformar a cidade de Londrina numa “comunidade ativa e articulada, uma cidade solidária, segura e saudável [ênfase adicionada]”. Neste evento foram apresentados alguns dados sobre uma pesquisa de percepção dos londrinenses sobre o município de Londrina (ÁVILA, 2021). Os resultados da pesquisa realizada pelo Fórum apontam que “70% dos entrevistados [...] declararam não ter nenhum interesse em se engajar em alguma causa para a cidade”. Na opinião de um dos integrantes do Fórum, “a indiferença poderia ser explicada pela cultura latina que espera que o governo resolva os problemas” (ÁVILA, 2021).

O enunciado, em seu conjunto, demonstra a colonialidade do poder – fundado e situado no contexto dos processos de colonização –, guerra e genocídio dos povos latino-americanos, operando através da inferiorização dos povos colonizados (latino-americanos), pela disseminação de discursos cristalizados e universais que empreendem processos de naturalização e manutenção de hierarquias sociais estabelecidas em uma racionalidade eurocentrada. Segundo Anibal Quijano (2017), o etnocentrismo colonial se dá pela classificação racial e constitui-se a partir da autoconsideração dos povos europeus como seres naturalmente superiores aos demais.

A estrutura da matéria engendra contrastes constituídos por alguns elementos. Primeiro, o objetivo de garantir a “evolução” e “progresso” da cidade nos âmbitos do mercado de trabalho, da educação e da segurança pública. Segundo, o argumento de que o empecilho para atingir esse objetivo se engendra pela falta de organização, engajamento e apolitização dos povos latinos que esperam que seus governantes resolvam tudo por eles. Já o terceiro elemento, situa a PSR entre os problemas citados (saúde, trânsito, segurança pública, educação, causas ambientais, animais e sociais) a serem resolvidos ou melhorados. Analisando-se os enunciados presentes na notícia, na tentativa de capturar noções produzidas acerca da PSR, percebe-se que o conjunto da reportagem reproduz uma lógica colonial higienista na medida em que já no título da matéria anuncia-se que “moradores de rua e falta de empregos preocupam os londrinenses” (ÁVILA, 2021). Este terceiro elemento, associado aos outros dois anteriores citados, configura uma equação onde a PSR se

apresenta enquanto problema, um obstáculo que dificulta o processo de desenvolvimento da cidade rumo a um maior “equilíbrio social, cultural e ambiental.” (ÁVILA, 2021). Além disso, no decorrer da notícia a única informação que aparece sobre a PSR se encontra no seguinte trecho:

Mais da metade [dos entrevistados] simpatiza com as causas ligadas à educação, com causas ambientais, de proteção animal e sociais empatadas com cerca de 12% das preferências para cada uma. O problema dos moradores de rua também aparece na intenção de engajamento de 10% dos entrevistados [ênfase adicionada] (ÁVILA, 2021).

Portanto, não foi especificado qual problema a PSR representaria, apenas que esta parcela da população era considerada um estorvo para uma minoria dos entrevistados. Notou-se também que, apesar de ter sido citada uma única vez e de forma breve, a PSR ocupa o título da reportagem. A conjunção de tais elementos presentes no enunciado abre espaço para produção de opiniões que venham a considerar a PSR como uma poluição urbana que deve ser retirada do alcance dos olhos alheios, por representarem uma ameaça à segurança dos “cidadãos de bem”. Processo de subalternização que associa a PSR a perspectiva de abjeção por meio da circulação de imagens de selvagens, sujos, perigosos e violentos, impedindo o “desenvolvimento” da cidade.

Butler (2019b), ao pensar sobre vidas precárias (localizadas como abjetas) ressalta que nas sociedades contemporâneas, alguns dispositivos, incluindo a mídia, operam no sentido de um esvaziamento da noção de humano através de esquemas normativos de inteligibilidade que estabelecem o que será ou não considerado humano e, portanto, quais são as vidas dignas (legítimas) ou não de serem vividas. Para a autora “esses esquemas produzem imagens do menos que humano disfarçado de humano para mostrar como o menos que o humano se disfarça e ameaça enganar aqueles que poderiam pensar que reconhecem um humano ali” (BUTLER, 2019b, p. 177). Essa perspectiva polarizada “binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo.” (QUIJANO, 2017, p. 122). Desta forma, estabeleceram-se algumas categorias que opõem colonizados/colonizadores, como, por exemplo, primitivo/civilizado e irracional/racional, donde os povos latino-americanos e africanos, através da ideia de raça e da diferenciação fenotípica eram (são) situados como inferiores pelos seus colonizadores europeus.

Reportagens como esta circulam comumente na atualidade e, desta forma, anunciam o aumento da eficiência e da capilarização das redes sociais cibernéticas através do desenvolvimento das ciências e das tecnologias (satélites, celulares e sinais de internet cada vez mais potentes), que culminam também em um aumento de sujeitos vigilantes, que passam a compor essa rede ilimitada de controle. “Surfamos numa mobilidade generalizada, nas músicas, nas modas, nos slogans publicitários, no circuito informático e telecomunicacional. Já não habitamos um lugar, mas a própria velocidade” (PELBART, 2000, p. 12). Os aparatos digitais, portanto, ocupam um papel crucial nos processos de subjetivação e na construção de modos de vida das sociedades atuais. Marcados por práticas discursivas específicas, discursos gendrados (DE LAURETIS, 2019) ou generificados (CONNELL, 2016a), que indicam que sujeitos e coletividades são subjetivados por uma trama de processos que pertencem também a dinâmicas de gênero. Os processos de subjetivação são constituídos também pelo marcador de gênero, não apenas enquanto diferença sexual, mas também por meio de “códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe” (DE LAURETIS, 2019a, p. 123). Assim, noções generificadas se produzem de modo interseccional e atravessadas por diversas tecnologias sociais, sendo que noções de gênero e sexualidade, de masculinidade e feminilidade, são produzidas através da articulação com tecnologias de gênero que se presentificam no cotidiano.

Tecnologias de gênero se materializam em um conjunto de tecnologias sociais, como, por exemplo, a internet, a televisão, o cinema e os jornais, que interpelam diariamente a população (re)produzindo noções hegemônicas e dissidentes de masculinidade e feminilidade. Assim, as masculinidades não seriam uma propriedade natural dos sujeitos homens, mas sim efeitos de uma produção discursiva incessante que se dá no campo social em momentos históricos específicos (DE LAURETIS, 2019). Os múltiplos sentidos produzidos nos enunciados presentes nas matérias jornalísticas se configuram enquanto elementos constitutivos das tecnologias de gênero, na medida em que compõem os processos de construção de noções acerca das masculinidades em suas intersecções com marcadores de classe, raça, trabalho, dentre outras. Estes também operam performaticamente como prática social articulada no campo das relações de poder e que,

portanto, influenciam na constituição de crenças, valores e visões de mundo das pessoas que acessam seus conteúdos (LIMA, 2006; MOUILLAND, 2002a; 2002b).

Ao problematizar parte dos discursos midiáticos que articulam “verdades” sobre HSR, são analisados também como essas construções se organizam em consonância e/ou divergência com noções de masculinidade (hegemônica, subalterna e subversiva) que circulam no momento histórico atual. Destaca-se, por fim, a inseparabilidade analítica entre as categorias de gênero, raça, classe, entre outros marcadores sociais. Para demonstrar como a interseccionalidade se materializa, a análise percorre um breve panorama do perfil atualizado da população em situação de rua, publicado recentemente pelo Censo da População de Rua de São Paulo (Brasil, 2021) e também pela Pesquisa POP-RUA (MIANI; ROCHA; LANZA, 2019). Ambas as pesquisas abordam diversas questões inerentes a PSR, inclusive assinalando alguns recortes de gênero, raça, renda, educação e saúde, que nos permitem vislumbrar algumas especificidades que compõem o perfil desta população e, em destaque, dos HSR. Segundo a pesquisa POP-RUA (MIANI et al., 2019), a grande maioria da PSR de Londrina é composta por homens adultos (84%) numa faixa etária de 25 a 50 anos, que se identificam negros, cis, héteros e que atribuem à vida nas ruas devido ao uso abusivo de drogas, por conflitos familiares e/ou por estarem desempregados. Além disso, a maioria destes identificam que estão passando por problemas de saúde relacionados à dependência química, saúde mental e/ou saúde bucal (MIANI et al., 2019; MARCONI, 2019). O Censo da População de Rua de São Paulo (Brasil, 2021) apresenta um perfil da PSR bastante parecido com a Pesquisa POP-RUA.

Rangel, Monteiro e Moraes (2017) apontam que a questão da saúde dos homens (incluindo a questões associadas à dependência química) está articulada ao patriarcado e a sustentação de uma ideia hegemônica e universal de superioridade masculina, donde o homem por ser “naturalmente” dominador, forte e invencível, por não admitir fragilidades, prescindiria de cuidados específicos (incluindo os preventivos) com sua própria saúde. No entanto, a perspectiva demonstrada no parágrafo acima, ao considerar uma representação universal de homem, desconsidera a interseccionalidade que constitui, por exemplo, a situação de saúde dos HSR (incluindo a questão do uso de drogas), que está diretamente articulada com o caráter histórico destes homens enquanto produção colonial (RODRIGUES; FERNANDES; DELGADO; VALLE, 2020). Desta forma HSR são

caracterizados em meio a processos históricos, relações de dominação e de poder a partir de um sistema de classificação social racializado e generificado, que os exclui e os pauperiza, levando-os ao uso abusivo de drogas, talvez como a única possibilidade de obtenção de prazeres efêmeros para suportar a vida miserável que o Estado e grande parte da sociedade civil fazem questão de proporcioná-los. “A droga, então, surge como forma de comunicação, sociabilidade, produção de significados, justificativa que legitima subjetivamente determinada condição, em alguns casos, forma de minimizar dissabores e desilusões e, em outros, de recreação, diversão” (MENDES; CHAGAS; PENNA, 2020, p. 80).

Sobre as pesquisas censitárias indicadas, também é importante frisar que tanto a Folha de São Paulo (PALHARES; ZYLBERKAN, 2022) quanto a Folha de Londrina (MARCONI, 2019) publicaram reportagens divulgando a existência dos censos realizados, o que podemos considerar como movimentos de resistência, pois denunciam condições de vida precárias e específicas da PSR engendradas por ostensivas necropolíticas, apontando para a complexidade que constitui o fenômeno da PSR e para a urgência da criação de políticas públicas que atendam as reais necessidades desta parcela da população. A reportagem publicada pela Folha de São Paulo, por exemplo, aponta algumas nuances do último Censo da PSR de São Paulo, que possibilitam vislumbrar algumas questões problemáticas que engendram a condição do sujeito em situação de rua. Nesta reportagem, consta a informação de que o “número de pessoas que vivem nas ruas de São Paulo cresceu 31% durante a pandemia de Covid-19” e que parcela significativa desta população opta por permanecer nas ruas ao invés de ir para os abrigos (PALHARES; ZYLBERKAN, 2022). Essa questão aponta para uma problematização acerca da efetividade das políticas públicas e serviços que estão sendo ofertados para a PSR. Juliana Reimber, pesquisadora da USP, afirma na reportagem que alguns estudos “mostram que políticas eficientes para a população de rua não são aquelas que se concentram apenas em centros de acolhida, mas em ações para que as pessoas consigam deixar a situação, como acesso a emprego e moradia”. Uma fala de um HSR, na reportagem, complexifica ainda mais a questão: “A gente enfrenta frio, chuva, calor, medo de ser roubado ou agredido, mas não vai para abrigo. Não vamos nos separar para ir a um lugar que somos ainda mais humilhados e corremos mais risco” (PALHARES; ZYLBERKAN, 2022).

Os discursos presentes se configuram como uma denúncia a respeito do aumento exponencial da pobreza desde o início da pandemia da COVID-19, o que leva a um aumento da PSR, além das limitações acerca das alternativas ofertadas a essa parcela da população pelo poder público e as violências que cometidas dentro das unidades de acolhimento ofertadas. No entanto, a afirmação feita anteriormente, que coloca os jornais enquanto focos de resistência em relação ao necropoder exercido pelo Estado brasileiro, não pode se encerrar na proposição de uma universalidade. Em relação a esta questão, tanto a Folha de São Paulo quanto a Folha de Londrina demonstram uma ambiguidade em relação aos seus posicionamentos acerca da PSR, produzindo noções múltiplas e, ocasionalmente, contraditórias. Perspectivas que, por vezes, como demonstrado nos parágrafos anteriores, sinalizam complexidades históricas, sociais e (necro)políticas e que, em grande medida, reforçam noções de abjeção dos corpos que fazem da rua sua morada. A partir das noções de sociedade de controle e de tecnologias de gênero, pretende-se situar, a seguir, modos como os enunciados jornalísticos operam no sentido de criar noções de abjeção e subalternidade em relação à HSR (relacionadas, por exemplo, a nojo, medo, dó e/ou risco) como também focos de resistência (Foucault, 2019) que engendram posições subversivas a lógicas hegemônicas na tentativa de mapear movimentos que, no campo das relações sociais, reposicionem estes para além dos estigmas e das políticas de matabilidade a PSR em trânsito no país.

2. HOMENS EM SITUAÇÃO DE RUA COMO PRODUÇÕES LENDÁRIAS

Homens em situação de rua são produzidos e localizados pela matriz colonial de poder (MIGNOLO, 2017), sendo estes, comumente, representados desde noções de abjeção (BUTLER, 2019a), como personagens circunscritos como subalternos e perigosos, estando estes inseridos em uma engrenagem necropolítica (MBEMBE, 2018). Tais personagens, como ressalta Michel Foucault (2003), se configuram enquanto “lendas”. Figuras lendárias que emergem no encontro e sob o olhar do poder, que a partir do discurso da organização e da ordem social, engendra monstros, de forma violenta e obstinada. Lendas, representadas por vidas infames que sobrevivem na história por um poder que pretendeu aniquilá-las e ou torná-las indignas. Lendas que são engendradas no entrecruzamento de mecanismos

políticos e discursivos de poder, de ordem religiosa, jurídica e/ou médica/psiquiátrica, que se constituem em uma rede contínua e fina e que se exercem no âmbito da vida cotidiana.

Um exemplo de enunciados que operam na produção de noções de abjeção atrelada a HSR, pode ser elucidado em reportagem publicada pela Folha de Londrina em outubro de 2020. A reportagem faz menção a um acontecimento que ocorreu em Londrina, envolvendo um homem idoso em situação de rua que foi expulso por estar ocupando um espaço público (rua) em frente a um estabelecimento. Neste caso, o proprietário do estabelecimento foi filmado em flagrante jogando água no homem idoso, com o objetivo de espantá-lo do local. Após o acontecimento, o vídeo se espalhou pelas redes sociais e culminou em diversas manifestações contra e a favor a atitude do empresário (ROMAN, 2020) Em entrevista concedida à Folha de Londrina, o homem que violentou o idoso, com o objetivo de se defender, afirmou

Há cerca de 40 dias a gente chega aqui pra trabalhar e encontra a calçada fedida, cheia de xixi e coco que esse morador faz durante a noite. A gente precisa limpar o local para receber os clientes e ele sempre se nega a sair. Já ligamos para a Polícia Militar, pra [sic] Guarda Municipal e para a Assistência Social, mas ninguém consegue resolver o problema (ROMAN, 2020)

A reportagem sinaliza, ainda, os depoimentos de comerciantes vizinhos que se articulam em conluio a declaração anterior:

As pessoas que ficaram indignadas com a cena que viram no vídeo não sabem do que a gente passa aqui no dia a dia. A gente sempre alimenta ele, mas não tem como conviver com essa sujeira diária que acaba afastando nossos clientes. (ROMAN, 2020).

O trecho acima anuncia uma posição em relação ao homem idoso em situação de rua. Posição engendrada por noções de abjeção que operam na edificação de determinadas vidas como descartáveis. A abjeção é uma designação dirigida a corpos demarcados social e fenotipicamente e que se materializa na relação de grande parte da sociedade com HSR, conferindo a estes homens um estatuto de subalterno para conferir aos outros estatuto da superioridade, de sujeitos (KIMMEL, 1998). Nesta perspectiva, Richard Miskolci (2020, p. 44) analisa que o “abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse

poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante.”. Conceito que se materializa nos discursos dos comerciantes da região central de Londrina, presentes na notícia, os quais relacionam o HSR ao excremento que deve ser retirado do local para não afastar os clientes. Fica explícito o nojo que sentem em relação ao HSR que, segundo Rodrigues (1975), não se constitui como uma característica intrínseca e sim como posição dentro de um sistema de oposições, engendrado no campo da linguagem, das significações construídas e atribuídas a determinados sujeitos. Sendo assim, não só o corpo, mas o nojo do corpo passa a ser um “fato social.”. Considerando que as significações sobre o corpo são constituídas por uma série de símbolos que carregam mensagens no campo social, o nojo do corpo de HSR também seria fruto destes processos simbólicos. Logo, nem sempre os emissores e receptores estão conscientes dessas formações complexas que constituem as ramificações adjetivas do corpo.

Algo ou alguém são considerados nojentos a partir do momento em que ultrapassam, de forma indevida, uma demarcação estabelecida dentro de um sistema de ordenação universal. Neste caso, as reações de nojo seriam reações contra um movimento de transgressão desta ordem que se estabelece de forma rigorosa, estruturada, codificada e que é socializada. Ordem simbólica, discursiva e categorizante que imprime concepções cristalizadas sobre o mundo. Sendo assim, “um indivíduo poluído é também poluígeno, uma coisa suja deve ser afastada, e a normalidade só pode se restabelecer por meio de procedimentos simbólicos que recolocam as coisas em seus devidos lugares.” (RODRIGUES, 1975, p. 141) Nas entrelinhas do discurso, pôde-se perceber também que apesar de se tratar de um homem idoso (figura que comumente não representa perigo), os comerciantes recorreram ao serviço de segurança pública (polícia militar e guarda municipal) para “resolver o problema”. Neste sentido, o enunciado que indica periculosidade se articula a lógica da colonialidade, (QUIJANO, 2002; 2017) evidente no episódio, à medida que o HSR é situado como uma ameaça ao funcionamento supostamente normal da sociedade, sendo necessário retirá-lo (limpá-lo) da cena, assim como historicamente sofreram (e sofrem) negros, indígenas e outros povos historicamente subalternizados.

A partir da leitura do terceiro tomo da História da Virilidade (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013), Henrique Restier (2019) afirma que as guerras coloniais e a dominação dos territórios se constituíram enquanto uma experiência masculina pautada no poder

bélico e num ideal de virilidade balizado pelo heroísmo, pela agressividade e dominação. Desta forma, o colonialismo passou a fazer parte da própria constituição do ideal de masculinidade viril, que passou a ser sustentado por esse poder de dominação heroico e desbravador. “No Brasil, essa lógica não seria muito diferente, o homem branco conquistador teria o direito de exercer seu domínio pelo simples fato de ser o mais forte.” (RESTIER, 2019, p. 32) No caso deste senhor, fica evidente, portanto, a formação de uma figura lendária (FOUCAULT, 2003) associada à HSR que, por vezes, é generalizada para a maioria dos homens que vivem nessa situação. Discursos como estes contribuem para produção de processos de monstrificação e subalternização de alguns sujeitos, como os HSR. Discursos que se espalham continuamente e que produzem vidas infames, indignas de serem vividas, sujas e que por “poluírem” o ambiente precisam ser retiradas do alcance dos olhos alheios para não prejudicar o funcionamento “normal” de seu cotidiano. Emerge desses enunciados uma figura lendária: o homem imundo.

A hegemonia de uma masculinidade sobre a outra se materializa como um processo de normatização, hierarquização e marginalização de algumas masculinidades situadas como subalternas. Essas desigualdades são, segundo Connell (2016b), fruto de uma cultura neoliberal global masculinizada que tem como figura central o homem branco empresário que, através de sua força, se impõe de forma autoritária e impiedosa. Para a autora, é esse modelo hegemônico de masculinidade que sustenta as políticas neoliberais responsáveis pela: exploração de terras, expulsão de populações de seus territórios, poluição e destruição do meio ambiente e também pela geração de explorações, violências e exclusões sociais. No contexto da pandemia, os preconceitos contra a PSR se agravaram, reforçando ainda mais essa imagem de imundice que lhes é atribuída. Surge, nesse contexto, outra figura lendária associada aos corpos de HSR: o homem virulento. Uma reportagem publicada pela Folha de São Paulo retrata essa questão e reforça essa imagem de controle de forma bastante evidente, ao situar a fala de um HSR de 32 anos: “As pessoas me olham de um jeito que parece que sou o vírus”. (PETROCILO, 2020)

A reportagem, que tem como título a frase supracitada do HSR, retrata as dificuldades da PSR em adquirir renda através da prática de mendicância durante a pandemia. Neste período, o esvaziamento das ruas (lockdown) e outras medidas de mitigação da transmissão do vírus, como o distanciamento social, a fonte de renda da PSR praticamente se esgotou.

Conforme o relato dos HSR, uma renda diária que antes (da chegada do coronavírus) chegava a alcançar quarenta reais por dia, diminuiu para no máximo 4 reais. (PETROCIOLO, 2020). O conteúdo da matéria retrata de forma bastante evidente a questão discutida anteriormente sobre a hierarquização de algumas masculinidades sobre outras. Hierarquização social, política e econômica que, no contexto do neoliberalismo, se retroalimenta da acumulação de riquezas de um grupo específico e minoritário (composto majoritariamente por homens brancos empresários) e da progressiva pauperização de parte da sociedade, criando mundos de escassez que podem culminar na condição da situação de rua, por exemplo. As falas de alguns HSR elucidam essa imagem do sujeito virulento que lhes é atribuída: “Eu fui pedir ajuda para um casal. O homem berrou para eu não me aproximar da mulher porque transmito doença. Eu também o discriminei, falei que os doentes são eles [ênfase adicionada]” (PETROCIOLO, 2020)

Antes de problematizar a produção da figura virulenta como efeito da necropolítica, é imprescindível nos atermos ao movimento de resistência presente na fala enfatizada acima. Para Foucault (2019) as resistências inscrevem-se nas relações de poder “como o interlocutor irreduzível” (p. 104), ou seja, aquele que quiçá era o objeto, adquire estatuto de sujeito que não se reduz ao que o outro impõe. Neste caso, o HSR se constitui enquanto o nó, o ponto de resistência provocador do levante, o inflamado que em sua latência apresenta a potência que configura o personagem do homem incendiário. Dessa vez não como vítima que tem o corpo queimado, mas como incendiário, capaz de causar explosões e rupturas “que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, sem seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (Foucault, 2019, p. 105). Uma forma de reconfigurar tais posições se dá a partir de mobilizações coletivas, assim como propõe o MNPR (BRASIL, n.d) em sua cartilha de formação política. Para o movimento, o capitalismo, o individualismo e as desigualdades provocam inúmeras discriminações. Neste caso, sujeitos discriminados, como HSR, tendem a se sentirem inferiores e a se isolarem por não se considerarem parte integrante da lógica social vigente. Assim, o coletivo enfatiza a importância de que para a garantia de direitos da PSR é necessária a união para lutar por seus direitos e por condições de vida dignas.

Esta proposta se materializa em uma reportagem publicada pela Folha de Londrina (MARCONI, 2020). A matéria intitulada “Movimento reclama de ‘descaso’ com moradores de rua na pandemia”, retrata a mobilização de um integrante do MNPR de Londrina que denuncia a negligência da gestão pública municipal em relação ao enfrentamento da pandemia junto a PSR. “O MNPR [...] em Londrina denuncia o que considera uma falta de ação do poder público municipal em prol da população em situação de rua diante da pandemia de coronavírus” (MARCONI, 2020)

O integrante do movimento social afirmou ainda que “o município não adotou medidas para isolamento dos infectados, que continuaram convivendo normalmente com os colegas” (MARCONI, 2020). Além disso, ressaltou que, passados oito meses de execução dos serviços específicos para a PSR no contexto pandêmico, a prefeitura desativou alguns destes, deixando a PSR desamparada e em risco. Toda essa movimentação coletiva, incluindo a participação dos jornais e meios de comunicação, reverberou em reuniões de planejamento que envolveram MNPR, Secretarias de Assistência Social e de Saúde do município. Movimento este que não necessariamente garantiu uma melhora expressiva na implementação de serviços e políticas públicas para esta população, mas que exigiu posicionamentos e retratações públicas da gestão municipal acerca do assunto, colocando-os para pensar e trabalhar. Retornando a questão do personagem do homem virulento, este se engendra através de uma intersecção entre a noção de abjeção (e, portanto, do nojo) com o estado de marginalização e de pobreza que se produz e que se institui através de um projeto necropolítico. Para Achille Mbembe (2018), a operação do necropoder tem um caráter colonial onde o Estado militarizado exerce poder de dominação em relação a determinados grupos. Conforme afirma a transfeminista mexicana Sayak Valência (2021), o contexto necropolítico é masculinista e, como tal, são bastantes recorrentes as opressões de alguns homens e algumas masculinidades sobre outras. Estabelece-se um estado de sítio, onde algumas populações (incluindo os HSR) são cerceadas por poderes militares masculinizados que usam critérios próprios para aniquilar seus alvos. Além das execuções em espaços públicos a céu aberto, a “população sitiada é privada das suas fontes de renda.” (MBEMBE, 2018 p. 49).

A respeito da formação da figura do homem virulento, da qual as pessoas tem nojo e medo de serem contaminadas, e que é engendrada por um necropoder masculinista, a

criação de mundos de morte pela necropolítica não se reduz apenas a morte literal de determinadas populações, mas também aos processos de exclusão e limitação do acesso destas a renda e recursos como: água, moradia, saneamento básico, higiene, saúde, lazer e cultura. Fato que pôde ser observado nos discursos dos HSR na reportagem publicada pela Folha de São Paulo (PETROCILO, 2020). Com isso, a emergência da vida para a população das periferias, bem como para a população que vive nas ruas na pandemia, possui uma série de complexidades adicionais. Como descrevem Cassal e Fernandes (2020, p. 100).

Desde as primeiras orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao isolamento social, nos questionamos: que casa? O mocó? A barraca? A marquise? De que casa estamos falando? Quanto à orientação de lavar as mãos com maior frequência e durante 20 segundos, pensamos: água? Onde se encontra água na rua? Sabão? Máscaras? Se a abordagem policial já os discrimina com o rosto à mostra, que dizer do rosto coberto? O que dizer, então, das pessoas negras, que adotam cuidados para se manter vivas que a sociedade branca e embranquecida não compreende ou sequer pensa a respeito.

Neste caso, considerando tanto a questão da necropolítica como a questão da sociedade de controle, a PSR não só é alvo de uma política da morte exercida pelos aparelhos estatais institucionais, mas também por grande parte da sociedade civil, que em seus preconceitos naturalizados e cristalizados, excluem os HSR, contribuindo assim na operação e efetividade do necropoder (DELEUZE, 1992; MBEMBE, 2018). Com o advento da pandemia e com as prerrogativas de isolamento social, havia mais um motivo que colocava a PSR enquanto referência de periculosidade: a ameaça da transmissibilidade do SARS-Cov-2 (CASSAL; FERNANDES, 2020). Até agora, foi explicitado que a necropolítica, segundo Mbembe (2018), tem um caráter colonial de dominação e exploração exercido por Estados militarizados, masculinizados e coloniais (Valencia, 2021), que impõem estados de sítio. Nesta conjuntura, populações demarcadas (como o HSR) são cercadas e aniquiladas, seja pela criação e circulação de figuras lendárias (Foucault, 2003) carregadas de preconceitos e estigmas, seja pela limitação dos recursos numa sociedade de controle onde grande parcela da população têm o poder de exercer o necropoder, seja pelos cerceamentos e execuções que ocorrem em espaços públicos (VALENCIA, 2021). Um exemplo de que tais execuções

ocorrem foi encontrado em uma reportagem da Folha de São Paulo que retrata uma tortura seguida de execução, cometida por um empresário contra um HSR. Neste episódio,

O dono de um restaurante foi preso suspeito de ter assassinado um morador de rua em São Luís (MA) [...] O homem em situação de rua foi amarrado em um veículo e arrastado por cerca de 1 km pelas ruas do centro da cidade. A motivação do crime, segundo a Polícia Civil, é que ele teria furtado por várias vezes quentinhas no estabelecimento [...] As imagens falam por si, o rapaz estava sofrendo, se debatendo e o motorista, com muita frieza, tranquilamente bebe água, e segue com o corpo por um percurso de um quilômetro. É um crime bárbaro com requinte de crueldade", disse o delegado. ("EMPRESÁRIO", 2020)

Cenas de violência envolvendo homens são bastante recorrentes no contexto brasileiro, seja em brigas de torcidas, em execuções realizadas por milícias, em brigas de bares e em muitos outros contextos. O fato é que, nesses casos, existe um denominador comum: a grande maioria dos protagonistas destas violências são homens. Homens que atacam mulheres, crianças, animais e também outros homens que estejam mais vulneráveis. Homens que tratam seus impulsos agressivos como qualidades essenciais de suas respectivas virilidades, donde um sintoma legitima atitudes consideradas viris (TREVISAN, 2021). Desta forma, "num contexto cultural favorável, a prática da virilidade selvagem pode descambar facilmente para a naturalização da violência" (TREVISAN, 2021, p. 20) e para a impossibilidade de olhar para estas situações de violência enquanto efeitos de uma ordem de gênero colonial que, historicamente, privilegia algumas masculinidades (hegemônicas/coloniais/brancas/burguesas). Logo, para manter suas posições hierárquicas superiores (social, econômica e politicamente), utilizam estratégias diversas, inclusive a violência.

A PSR é alvo constante de uma necropolítica operada majoritariamente pela elite de homens brancos (masculinidades hegemônicas) que ocupam historicamente posições de poder político e econômico. Neste sentido, ao contrário de uma invisibilidade, esta parcela da população, é assolada por uma visibilidade de saberes que visa coagi-los, reprimi-los e puni-los (RODRIGUES; FERNANDES, 2020). Reportagem publicada pela Folha de São Paulo evidencia essa questão, quando traz informações sobre as debandadas da PSR frente as operações de "revitalização" promovidas pela prefeitura de São Paulo. Neste caso, a matéria tem como tema central algumas questões acerca dos deslocamentos da PSR do

bairro da Luz para a praça Princesa Isabel, ambos localizados na região central da capital São Paulo. O êxodo ocorreu depois de uma operação policial que, sob ordem do poder público, no ano de 2017, tentou pulverizar o agrupamento da localidade em que se encontravam. Segundo a reportagem, a empresa Porto Seguro, detentora de inúmeros imóveis na região, investiu 1 milhão de reais para a “revitalização” do território (ZYLBERKAN, 2022).

Em relação a esta matéria, existem alguns detalhes a serem observados nas entrelinhas dos discursos, tal qual a forma como a autora, e grande parte da sociedade civil, nomeiam um local, de grande concentração de PSR na maior cidade das américas, como Cracolândia. Assim como a Disneylândia generalizadamente é considerada por muitos como a terra da diversão, dos brinquedos e do mundo da imaginação, a Cracolândia é considerada o território do crime organizado, do tráfico de drogas, dos viciados e da violência. Local, portanto, onde todos estão homogeneizados sob a identidade do usuário de drogas perigoso. Neste contexto, emerge mais uma figura relacionada aos HSR: o nóia, além de não manter vínculos com outras pessoas, é percebido como aquele que desrespeita as normas sociais e os parâmetros éticos em busca da pedra de crack. Segundo Gomes e Adorno (2011, p. 581), encontra-se:

[...] no nível mais baixo, carregando um grande estigma de alguém sem controle e sem limites em sua busca de uso do crack, não sendo confiável nem para os outros usuários. A categoria de “noia”, extremamente estigmatizada, em muitas situações leva o usuário a um exílio, impedindo-o de retornar à sua região de pertencimento, por conta de problemas ali. Quando passam a ser vistos como “noias”, em algum momento são levados a buscar outro espaço.

Essa representação homogênea, universal, higienista e colonial atribuída aos habitantes da Cracolândia se repete diversas vezes nos discursos midiáticos, como se pode observar a seguir:

Pela proximidade com a cracolândia, a praça se tornou um ponto de tráfico de drogas em maio de 2017, quando uma operação policial desmantelou a “feira” de drogas que ocorria na região. (ZYLBERKAN, 2022)

Tais concepções e (re)produções discursivas acerca da cracolândia, por desconsiderarem as dimensões históricas e estruturais da situação de rua, acabam por

estabelecer um dualismo colonial que situa a ocupação dos territórios pelos nórias como um processo de degradação urbana e, por isso, tais espaços precisariam ser revitalizados. Processo atravessado por questões de gênero, de classe e raciais, à medida que, tais ações, comumente ordenadas por homens brancos (neste caso, de acordo com a reportagem, quem ordenou a ação da polícia para a expulsão da PSR foi o então prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, um homem branco, cis e supostamente heterossexual) que excluem um agrupamento composto majoritariamente por homens negros. Os trechos de algumas reportagens e a imagem a seguir demonstram como essa lógica se materializa

O jogo de gato e rato entre polícia e traficantes [ênfase adicionada] vem desde os anos 1990, quando a funesta aglomeração começou a se formar. Em 2017, após ostensiva operação policial, o então prefeito João Doria (PSDB) chegou a decretar o fim da cracolândia. À época, contudo, o tráfico também se deslocou à praça Princesa Isabel. Tempos depois, acabou retomando o espaço habitual. (“GATO”, 2022)

Neste último trecho em que foi adicionada ênfase, podemos observar que, além das generalizações acerca das PSR que estão migrando de um local para outro como sendo todas usuárias de crack, ocorre também uma definição de performances de personagens que se contrapõe no duelo viril. Surge então a figura do HSR como traficante perigoso, que tem como seu antagonico o policial que atua a favor da ordem social e da segurança pública. Neste duelo, os gatos, representantes da ordem necropolítica que se escamoteia pela ideia de segurança pública, espantam e caçam os ratos (HSR) que, segundo a lógica da colonialidade, poluem e apresentam perigo e atraso a sociedade Masculinidades hegemônicas/coloniais que se configuram como máquinas de guerra (conforme indicado por MBEMBE, 2018), constituídas por agrupamentos de homens armados que se misturam e que atuam a partir de depredações e capturas, podendo haver, inclusive, a participação do Estado como elemento constitutivo dessa organização. Máquinas predatórias que impõem taxações sobre territórios e populações específicas, assim como homens governantes, policias e comerciantes fazem com homens que se encontram em situação de rua. Processo de diferenciação e hierarquização atravessado por questões de gênero, raça e classe social, considerando que a maioria dos governantes no país são homens brancos (BRASIL, 2022) e que a maioria da PSR é composta por homens negros (BRASIL, 2009). Desta forma,

acompanhando a lógica colonial que perdura até os dias atuais, o poderio dos homens militares, empresários e políticos (em sua maioria brancos) situa-se no polo do progresso da sociedade, da ordem, do desenvolvimento e da organização das cidades, enquanto para os nória, HSR, resta a zona de abjeção, dos que deterioram os ambientes que habitam, que dividem espaço de moradia com ratos e baratas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As masculinidades e suas noções são engendradas no campo das relações de poder, onde homens se relacionam entre si e, através de tensionamentos e disputas, produzem desigualdades que são atravessadas por fatores históricos, étnico, raciais, geracionais, de classe, desejo e assim por diante. Ocorre uma produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Ou seja, para a perspectiva hegemônica existir, esta precisa, necessariamente, produzir a subalterna e vice-versa (KIMMEL, 1998). No Brasil atual, o empresário, o político ou mesmo o militar, como emblemas das masculinidades hegemônicas, desdenham e, ao mesmo tempo, produzem outras masculinidades, dentre elas a do HSR associado as figuras/imagens do imundo, virulento, noiado, periculoso, traficante, para reafirmar suas próprias posições hierárquicas superiores. Deste modo, a principal estratégia pela qual os homens buscam expor sua masculinidade bem sucedida, é através da depreciação de outras expressões de masculinidades situadas como inferiores, posicionando assim o hegemônico em oposição ao subalterno, colaborando para a criação deste outro excluído. (KIMMEL, 1998).

Restier (2019) aponta para uma rivalidade historicamente estabelecida entre homens negros e brancos, sendo possível compreender tal rivalidade através da noção de virilidade, haja visto que está se constitui como importante elemento nos processos de socialização masculina e legitimação de determinadas masculinidades. O ideal de virilidade, em suas dimensões históricas, sociais, políticas, morais, intelectuais, raciais, geográficas, físicas e sexuais, baliza prescrições normativas sobre formas de ser homem e expressar masculinidades. Institui um modelo hegemônico/colonial de masculinidade a ser seguido e alcançado e, por isso, produz assimetrias entre diferentes grupos de homens que possuem diferentes histórias, diferentes condições de vida e diferentes acessos a depender de sua

história de vida, de sua classe social, de sua cor ou de sua orientação sexual. Como podemos constatar, a proposta de pensar as masculinidades de HSR de forma interseccional, considerando as encruzilhadas das avenidas identitárias do cisheteropatriarcado, da masculinidade necropolítica, do racismo e do capitalismo, nos leva a perceber as figuras dos HSR de forma complexa. Por trás da imagem do homem virulento, há um sujeito que é excluído e negligenciado pelos dispositivos de saúde. Por trás do imundo, existem homens que enfrentam violências desde os períodos mais tenros de suas infâncias e que, além de estarem em situação de sofrimento psíquico, são privados (material e simbolicamente) do acesso a utensílios de higiene. Por trás do traficante e do nóia, uma estrutura histórica, jurídica, necropolítica e masculinista que generaliza e criminaliza HSR para manutenção dos próprios privilégios.

Os HSR precisam existir articulados as tais figuras lendárias para que o homem contido, bem sucedido profissionalmente, provedor da família e do lar também possa existir. Um não seria nada sem o outro. As desigualdades, violências, exclusões e estigmas promovidos pela lógica colonial são o motor da necropolítica que cerceia e extermina HSR, são a condição sine qua non para edificação das masculinidades hegemônicas e subalternas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo. Pólen Livros, 2019.

ÁVILA, Janaína. Moradores de rua e falta de empregos preocupam os londrinenses. Folha de Londrina, 16 de dezembro de 2021. In: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/moradores-de-rua-e-falta-de-empregos-preocupam-os-londrinenses-3147312e.html>.

BRASIL. RUA: APRENDENDO A CONTAR: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009.

_____. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:** São Paulo. Censo 2021. São Paulo, SP. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social [SMADS], 2021.

_____. Estatísticas eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral, 23 de abril de 2022. In: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>.

_____. **CONHECER PARA LUTAR:** cartilha para formação política. In: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. (s.d.).

BUTLER, Judith. CORPOS QUE IMPORTAM: os limites discursivos do sexo. São Paulo. N-1 edições, 2019a.

_____. **VIDA PRECÁRIA:** os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte. Autêntica, 2019b.

CASSAL, Milena; FERNANDES, Talita. A POPULAÇÃO NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA E A COVID-19: vidas negras importam? TESSITURAS: Revista de Antropologia e Arqueologia, v.8, n.1, p.97-104, 2020.

CONNELL, Raewyn. Gênero em termos reais. São Paulo. nVersos, 2016a.

_____. Masculinidades, colonialidade e neoliberalismo. Ssex Bbox, 7 de julho de 2016b. In: <https://www.ssexbbox.com/2016/07/masculinidades-colonialidade-e-neoliberalismo-entrevista-com-raewyn-connel/>

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Relatório do CNS e CNDH denuncia o descaso do governo federal com as pessoas em situação de rua na pandemia. 2 de dezembro de 2021. In: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/dezembro/relatorio-do-cns-e-cndh-denuncia-o-descaso-do-governo-federal-com-as-pessoas-em-situacao-de-rua-na-pandemia>.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. HISTÓRIA DA VIRILIDADE: a virilidade em crise? O Século XX e XXI. Vol. 3. Rio de Janeiro. Vozes, 2013.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Helena Buarque de (Org.) PENSAMENTO FEMINISTA: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.

DE PAULA, Hermes Cândido. et al. SEM ISOLAMENTO: etnografia de pessoas em situação de rua na pandemia de COVID-19. Revista Brasileira de Enfermagem, v.73, n.2, p.1-8, 2020.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo. Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **FOUCAULT, Michel.** Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003. p. 203-222.

_____. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008.

_____. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro. Paz&Terra, 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. EDITORIAL: Gato e rato na cracolândia. 23 de março de 2022. In: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/03/gato-e-rato-na-cracolandia.shtml>.

GOMES, Bruno Ramos.; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. TORNAR-SE “NOIA”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. **ETNOGRÁFICA:** Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v.15, n.3, p.569-586, 2011.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas.; OLIVEIRA, Ana Carolina S. População em situação de rua e COVID-19. Revista de Administração Pública, v.54, n.4, p.1064-1078, 2020.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes antropológicos, v.4, n.9, p.103-117, 1998.

LIMA, Alexandre Bonetti. OS SENTIDOS NA MÍDIA: o MST em dois jornais diários. Psicologia & Sociedade, v.18, n.3, p.97-103, 2006.

MANSANO, Sônia Regina Vargas. SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO CONTROLADO: resistência e poder na sociedade de controle. São Paulo. Summus, 2009.

MARCONI, Pedro. Pesquisa mostra que Londrina tem quase mil moradores de rua. Folha de Londrina, 19 de maio de 2019. In: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/pesquisa-mostra-que-londrina-tem-quase-mil-moradores-de-rua-2938939e.html>.

_____. Movimento reclama de ‘descaso’ com moradores de rua na pandemia. Folha de Londrina, 15 de dezembro de 2020. In: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/movimento-reclama-de-descaso-com-moradores-de-rua-na-pandemia-3040529e.html>.

MARTINS, Pedro. Empresário é preso após amarrar morador de rua em carro e arrastá-lo até a morte em São Luís. Folha de São Paulo, 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/empresario-e-preso-apos-amarrar-morador-de-rua-em-carro-e-arrasta-lo-ate-a-morte-em-sao-luis.shtml>.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo. N-1, 2018.

_____. Necropolítica. São Paulo. N-1, 2020.

MENDES, Kissila Teixeira.; **CHAGAS**, Denicy de Nazaré Pereira; **PENNA**, Lúcia Helena Garcia. **SAÚDE, CIDADANIA, DROGAS E SITUAÇÃO DE RUA**: reflexões e caminhos para novas concepções. In: **RODRIGUES**, Igor de Souza; **FERNANDES**, Dmitri Cerboncini (Orgs.). **CIDADÃOS EM SITUAÇÃO DE RUA**: dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba. CRV, 2020. p. 71-90.

MEYER, Dagmar Estermann. **GÊNERO E EDUCAÇÃO**: teoria e política. In: **LOURO**, Guacira Lopes; **FELIPE**, Jane.; **GOELLNER**, Silvana Vilodre. (Orgs.), **Corpo, gênero e sexualidade**. Rio de Janeiro. Vozes, 2013. p.11-29.

MIANI, Rozinaldo Antonio; **ROCHA**, Marco Antonio; **LANZA**, Fábio. Relatório Final Pesquisa POP RUA Londrina - 2018. Relatório de Pesquisa, 2018.

MIGNOLO, Walter. **COLONIALIDADE**: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.32, n.94, p.1-18, 2017.

MISKOLCI, Richard. **TEORIA QUEER**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte. Autêntica, 2020.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: S. D. Porto; M. Mouillaud (Orgs.), O jornal: da forma ao sentido. Brasília. Editora da UnB, 2002a.

_____. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: **PORTO**; Sergio Dalrell; **MOUILLAUD**, Maurice (Orgs.), **O JORNAL**: da forma ao sentido. Brasília. Editora da UnB, 2002b, p.49-83

PALHARES, Isabela; **ZYLBERKAN**, Mariana. População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia. Folha de São Paulo, 24 de janeiro de 2022. In: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>.

PELBART, Peter Paul. A vertigem por um fio, políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo. Iluminuras, 2000.

PETROCILO, Carlos. “As pessoas me olham de um jeito que parece que sou o vírus”, diz morador de rua. Folha de São Paulo, 2 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/as-pessoas-me-olham-de-um-jeito-que-parece-que-sou-o-virus-diz-morador-de-rua.shtml>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, globalização e Democracia. Novos Rumos, Marília, v. 17, n. 37, p. 1-25, 2002.

_____. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, v. 13, n. 29, p.11-20, 1992.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Clasco-Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2005.

RANGEL, Etuany Martins Rangel.; **MONTEIRO**, Bianca Gomes da Silva Muylaert.; **DE MORAES**, Luciana Pereira. “**PORQUE EU SOU É HOMEM!**”: uma análise dos impactos da construção social da masculinidade no cuidado com a saúde. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, v.6, n. 2, p.243-252, 2017.

RESTIER, Henrique. **O DUELO VIRIL**: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: **RESTIER**, Henrique; **SOUZA**, Rolf Malungo Ribeiro (Orgs.). *Diálogos Contemporâneos Sobre Homens Negros e Masculinidades*. São Paulo. Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

RODRIGUES, Igor Souza et al. A gênese social da situação de rua no Brasil. In: **RODRIGUES**, Igor de Souza; **FERNANDES**, Dmitri Cerboncini (Orgs.). *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil - grandes cidades*. Curitiba. CRV, 2020. p. 23-46.

RODRIGUES, José Carlos. *O tabu do corpo*. Rio de Janeiro. Achiamé, 1975.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fábio Mariano da. **POLÍTICAS DE MORTE PARA CORPOS SEM LEI**: travestis e homens e mulheres transexuais da invisibilidade da vida ao descaso na morte. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil, 2019.

SPINK, Mary Jane. Análise de documentos de domínio público. In: **SPINK**, Mary Jane (Org.). **PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COTIDIANO: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo. Editora Cortez, 2013. p. 100-126.

TREVISAN, João Silvério. **SEIS BALAS NUM BURACO SÓ: a crise do masculino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

ZYLBERKAN, Mariana. Praça princesa Isabel, em SP, foi de cartão-postal militar a símbolo de miséria. Folha de São Paulo, 23 de março de 2022. In: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/praca-princesa-isabel-em-sp-foi-de-cartao-postal-militar-a-simbolo-de-miseria.shtml?origin=folha>.